Mostra-se que o recorrente juntou à sua reclamação cópia da acta da sessão extraordinária da junta, de 25 de Agosto de 1910 e do alvará do Governo Civil de 14 de Setembro do mesmo ano, oferecendo duas testemunhas;

Mostra-se que, citada a junta recorrida para responder, no prazo legal, à reclamação deduzida, o que não fez, inquiridas as duas testemunhas oferecidas e tendo vista do processo o Ministério Público, o auditor administrativo, por sentença de 5 de Agosto de 1911, julgou improcedente e não provada a presente reclamação contra a deliberação tomada pela Junta de Paróquia da freguesia de S. Lourenço, da cidade de Portalegre, e desta sentença vem o presente recurso interposto pelo auditor administrativo;

O que tudo visto e ponderado, e ouvido o Ministério Público:

Considerando que as partes são legítimas e os próprios que estão em juízo e que, neste recurso, interposto no prazo legal, foi empregado o processo competente (Código Administrativo de 1896, artigos 329.º, n.º 2.º, 337.º, § 1.º, 325.º, n.º 1.º);

Considerando que, embora o Código Administrativo de 1896 determine, no artigo 31.º, n.º 3.º, que são nulas as deliberações tomadas pelos corpos administrativos em sessões extraordinárias sobre assuntos não declarados na convocação, ou sem prévio aviso à autoridade administrativa, convocação e aviso que, sempre que seja possível, devem ser feitos por escrito, nenhuma disposição legal preceitua que essa convocação e aviso devem ser feitos por escrito (Código Administrativo citado, artigos 31.º, n.º 3.º, 164.º, § 1.º) e fere de nulidade as deliberações tomadas por esses corpos em sessões extraordinárias, que não foram convocadas por escrito, ou sem prévio aviso por escrito à autoridade administrativa, antes a disposição especial do § 2.º do artigo 164.º do citado Código Administrativo confirma a exegese de que, em geral, pode ser verbal a convocação e o aviso para estas sessões (*Revista de Legislação e Jurisprudência*, ano XXII, n.º 1:108, p. 514; *Repertório Jurídico*, tomo VII, p. 234);

Considerando que não está provado no processo que o regedor não foi avisado verbalmente do dia, hora e objecto da sessão extraordinária de 25 de Agosto de 1910, porque a testemunha, o pároco, depõe a fl. 15 «que não se recorda se o regedor da paróquia foi convidado para assistir a esta sessão», e a testemunha, o regedor, declara a fl. 8 «que não se recorda se sim ou não lhe foi feito tal aviso para a sessão a que se refere o artigo 1.º da petição», e não podem estes depoimentos considerar-se prova da nulidade alegada;

Considerando que a redacção da acta da sessão extraordinária de 25 de Agosto de 1910, de fl. 3, não prova, só por si, que a autoridade administrativa não foi avisada, nos termos do § único do artigo 167.º do Código Administrativo:

Hei por bem, conformando-me com a mesma consulta, denegar provimento no recurso interposto e confirmar, para todos os efeitos, a recorrida sentença de 25 de Agosto de 1910.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 15 de Junho de 1915. — *Joaquim Teófilo Braga* — *José Augusto Ferreira da Silva*.

DECRETO N.º 1:738

Sendo-me presente a consulta do Supremo Tribunal Administrativo, acerca do recurso n.º 13:717, em que é recorrente o secretário geral do Governo Civil do distrito de Portalegre, e recorrida a Junta de Paróquia da

freguesia da Sé, e de que foi relator o vogal efectivo, Dr. Alberto Cardoso de Meneses:

Em 1 de Setembro de 1910, reunida numa das dependências da igreja da Sé Catedral, deliberou a Junta de Paróquia da Sé de Portalegre, sob a presidência do vogal mais velho, na falta do pároco, aceitar a proposta de transacção, apresentada pelos herdeiros do D. Maria Luísa Fernandes, acerca dum pleito instaurado onze anos antes, e ainda pendente no Tribunal da Relação de Lisboa, e longe de atingir o seu termo, relativo ao legado deixado à capela de S. Bartolomeu e administrado pela junta, transacção que pelo cálculo aproximado da liquidação da herança atribui à recorrida 1:301\$58(5) réis para dividir pelos pobres e 11:285\$740 réis, para fundo de beneficência, cativo da indemnização que venha a acordar com a Junta de Paróquia de S. Lourenço e Confraria do Espírito Santo, pois embora estranhás a causa, e sem direito à parte questionada, tem de assinar o acôrdo ou escritura de transacção, e ficando 4:500\$000 réis para os herdeiros do Dr. Joaquim de Araújo Juzarte, e o saldo ilíquido dos rendimentos para pagamento de custas, despesas judiciais e extraordinárias;

Aprovada esta deliberação por alvará do governador civil do distrito de Portalegre, de 14 de Setembro de 1910, o secretário geral do Governo Civil do mesmo distrito, em obediência a instruções superiores, propôs recurso para a auditoria administrativa, autuado em 17 de Junho de 1911, alegando a nulidade do deliberado por ser ilegal a presidência do vogal mais velho, sem se mostrar avisado para comparecer no impedimento do pároco o coadjutor padre António da Conceição Carvalho, a esse tempo, já nomeado e em exercício, e ainda por se verificar a reunião da Junta em local diferente daquele onde há muitos anos se efectuavam as sessões, sem da mudança se publicar anúncio em termos legais;

Junta officio da câmara eclesiástica de Portalegre, datado de 5 de Junho de 1911, participando que desde 6 de Março de 1910 exercia as funções de coadjutor na igreja paroquial da Sé, o presbítero António da Conceição Carvalho, e produziu duas testemunhas, inquiridas de fl. 12 a 13;

A recorrida, citada a fl. 9 na pessoa do seu presidente, nada disse: e por sentença de 29 de Julho declarou o auditor improcedente e não provada a reclamação, por entender legal a constituição da Junta, reunida em maioria, sob a presidência do vogal mais velho, na falta do pároco e do coadjutor, e competente uma dependência da igreja paroquial, para reunião da Junta, por não se provar concludentemente, que as reuniões se efectuassem noutro lugar;

Desta sentença e ainda em obediência a ordens superiores, vem o presente recurso, interposto em tempo útil, com o fundamento, já invocado, de se haver realizado a sessão sem presidência legal, e em lugar diferente daquele onde se tinham celebrado sempre as sessões da Junta; acompanha-o certidão narrativa do presidente da Junta recorrida, declarando: na acta da sessão de instalação não está designado o local das sessões ordinárias; da redacção das subsequentes actas não consta que se hajam realizado nas dependências da Sé, salvo a de 1 de Setembro e as seguintes; as reuniões celebradas de 15 de Janeiro de 1909 e 4 de Agosto de 1910, verificaram-se, de facto, em casa do presidente, ao tempo o reverendo João Teotónio Louro.

Tudo visto, e ouvido o Ministério Público:

Considerando que a discutida sessão de 1 de Setembro de 1910 tem de apreciar-se em face das disposições do Código Administrativo de 1896, que declarava o pároco vogal nato e presidente da Junta de Paróquia, substituindo-o o eclesiástico que fizesse as vezes d'ele no desempenho das funções paroquiais, e na falta ou impedimento d'este, o vogal mais velho, e mandada reunir a Junta na

sacristia ou em qualquer casa de despacho que designasse, não tendo casa própria para as sessões artigos 159.º, § 1.º, e 166.º;

Considerando que assim era o vogal mais velho, pessoa competente para presidir à sessão, na falta ou não comparência do pároco e do seu substituto nas funções paroquiais, guardadas no mais as formalidades prescritas na lei para validade da reunião;

Considerando que o coadjutor, mero auxiliar do pároco no desempenho dos deveres dêste, segundo a lei de 20 de Julho de 1839, artigo 2.º, só quando estava encarregado do *munus* paroquial, em substituição do pároco ausente ou impedido, era chamado à presidência da Junta, de preferência ao vogal mais velho;

Considerando que do processo não se mostra que em 1 de Setembro de 1910 estivesse o coadjutor António da Conceição Carvalho no exercício das funções paroquiais da freguesia da Sé, em substituição do respectivo pároco, sendo por isso regular o seu não comparecimento à sessão dêsse dia;

Considerando, que também do processo não consta que a Junta de Paróquia da Sé tivesse casa própria onde reunisse ou houvesse designado a sacristia ou qualquer outra casa do despacho para local de suas sessões, deixando, assim, de haver edificio especialmente destinado para êsses actos, cuja mudança devesse anunciar-se por editais com a precedência indicada no artigo 20.º do citado Código;

Considerando que as reuniões de facto celebradas em casa do pároco, sem constar das respectivas actas essa particularidade, que também não se mostra conhecida do público, não constituem precedente determinante da continuação das sessões no mesmo local de concessão meramente arbitraria e graciosa do seu proprietário, nem para a Junta importava a obrigação de publicar o seu funcionamento na casa do despacho, um dos lugares assinados em lei para as suas reuniões, artigo 24.º, § 5.º, do decreto de 18 de Julho de 1835, 31.º, § único, do regulamento de 6 de Julho de 1836, 96.º do Código Administrativo de 31 de Dezembro de 1836, 302.º do Código de 1842, 158.º dos Códigos de 1878 e 1886, e 166.º do Código de 1896;

Considerando que o artigo 31.º, n.º 4.º, do citado Código, declarando nulas as deliberações tomadas «fora do local destinado para as sessões», não pode afectar a deliberação de 1 de Setembro (data em que nenhum lugar se mostra pela Junta, especialmente destinado a êsse acto), sem abranger também todas as sessões anteriores, celebradas em casa do pároco, e todas as posteriores, efectuadas na casa do despacho, como consequência de falta originária de designação pela Junta, segundo o artigo 166.º, e seria tam descabido apreciar e anular essas sessões, do que o recurso não trata, quanto absurdo admitir nelas uma designação do local, que não se fez, e deduzir daí a nulidade de um acto de valor, pelo menos igual ao dos precedentes e consequentes;

Considerando, *ex-abundanti*, que a deliberação impugnada pôs termo a uma demanda antiga com os herdeiros de D. Maria Luísa Fernandes, aceitando uma transacção proposta por estes que não foram chamados ao processo, e aprovada competentemente por alvará do governador civil; e se as transacções merecem, em regra, a protecção da lei, por motivo de interesse público, mal se compreende a possibilidade de se anularem, por defeito de forma, sem audiência nem conhecimento dos interessados;

Hei por bem, sob proposta do Ministro do Interior, conformando-me com a referida consulta, e nos termos do artigo 355.º do Código Administrativo de 1896, decretar a denegação de provimento no recurso, e a confirmação da sentença recorrida.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça

executar. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 15 de Julho de 1915. — *Joaquim Teófilo Braga* — *José Augusto Ferreira da Silva*.

DECRETO N.º 1:739

Sendo-me presente a consulta do Supremo Tribunal Administrativo acêrca do recurso 15:365, relatado pelo vogal efectivo Dr. João Marques Vidal e interposto por José Antonio Correia, casado, proprietário, de Monchique, da sentença do auditor administrativo do distrito de Faro, que julgou improcedente a reclamação do recorrente contra a deliberação de 30 de Março de 1914 da Junta de Paróquia da mencionada freguesia de Monchique, resolvendo arrendar em hasta pública o sótão ou armazém da casa de habitação do actual coadjutor da referida paróquia;

Mostrando-se da certidão de fl. 54 *v* que a sentença recorrida foi intimada ao recorrente em 20 de Março último, e do termo de fl. 61 que o recurso fôra interposto em 31 do referido mês;

Tendo sido ouvido o Ministério Público e tudo devidamente ponderado:

Considerando que os recursos para o Supremo Tribunal Administrativo são interpostos no prazo de dez dias, a contar da intimação da decisão recorrida e como ficou ponderado e os autos mostram, o recorrente só no undécimo dia depois da intimação da sentença e, portanto, fora do prazo, interpôs o recurso que por isso mesmo tem de rejeitar-se por força do disposto no artigo 28.º do Código de 25 de Novembro de 1886 e artigo 344.º do Código Administrativo de 1896:

Hei por bem, sob proposta do Ministro do Interior e conformando-me com a consulta do Supremo Tribunal Administrativo decretar a rejeição do recurso por ter sido interposto fora do prazo legal.

O Ministro do Interior assim o faça imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 15 de Julho de 1915. — *Joaquim Teófilo Braga* — *José Augusto Ferreira da Silva*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral das Contribuições e Impostos

1.ª Repartição

DECRETO N.º 1:740

A contribuição da taxa militar criada pelo artigo 209.º do decreto de 23 de Agosto de 1911 é devida por todo o cidadão português que, por qualquer motivo, deixar de satisfazer a prestação pessoal do serviço militar, conforme se determinou nesse mesmo artigo. O seu pagamento é anual e abrange os individuos nessas condições, desde os 19 aos 42 anos, artigos 37.º e 214.º dêsse decreto.

Nestes termos, o número de mancebos colectados durante os vinte e três primeiros anos em que fôr cobrada a taxa militar aumenta anualmente duma força considerável, visto como em cada ano que se seguir ao primeiro a contribuição abrangerá os mancebos que nessa data tenham completado 19 anos de idade e todos os que já tenham sido colectados em épocas anteriores. E, como ao aumento do número de contribuintes corresponde sempre o aumento do número daqueles que não pagam a contribuição, sucede que êste crescerá também, de ano para ano, duma forma colossal, o que já se está verificando no começo da execução daquele decreto. Assim é que, tendo sido no ano de 1912, em que se iniciou o lançamento dessa contribuição, relaxados, nos quatro bairros de Lisboa, 745 mancebos, já em 1913 êsse número subiu a 3:638, e do ano de 1914 se calcula que deverão ser relaxados para cima de 6:000. Quer dizer: os tribunais